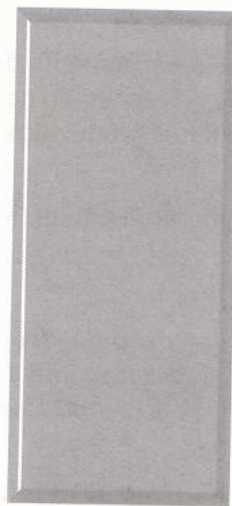




Maria Amélia dos Reis Schmidt (Uniso)

*Um estudo sobre a concepção de
Educação de Mariano F. Enguita*



RESUMO

Este artigo expõe o pensamento de Mariano Fernández Enguita, autor espanhol contemporâneo, a respeito do papel da educação escolar na sociedade, suas características e os efeitos produzidos na formação do educando, esboçando seu futuro.

Palavras-chave: educação; Enguita, Mariano; educação e sociedade.

ABSTRACT

This article disclose the thought of Mariano Fernández Enguita, Spanish contemporary author, regarding the function of education in the society, its characteristics and the effect produced in the formation of the educator, sketching its future.

Key words: education; Enguita, Mariano; education and society.

Introdução

Se educar é socializar, humanizar, de que modo fazê-lo? Desde Sócrates e durante todo o desenrolar da História, os seres humanos socializados preocuparam-se com a formação das crianças e jovens. Através dos séculos, a concepção do que é educar foi sendo alterada de acordo com as mudanças ocorridas nas relações sociais, com as novas teorias sobre o desenvolvimento da pessoa, sobre a maneira como se transmite e se adquire conhecimento.

Do preceptor que ensinava os privilegiados filhos da nobreza; dos membros da igreja católica que mantinham seus disciplinados alunos instruídos em religião, latim, grego e humanidades; dos adeptos do racionalismo, do empirismo ou do positivismo, introduzindo os estudos das ciências e realizando experiências científicas, até chegarmos ao capitalismo que vigora em nossos dias ou ao socialismo do século XX, todos buscaram inculcar na mente das crianças e jovens os princípios que regiam suas vidas, pois a Educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as mais jovens. Na escola, vários fatores influem na aprendizagem: idade, maturidade mental, social e emocional, a bagagem cultural que o educando traz da época pré-escolar e, sobretudo, da família.

O professor, que antes era visto apenas como transmissor de conhecimentos, é muito mais que isto. É agente da formação integral do aluno, a quem ele procura orientar não só na descoberta e apreensão do conhecimento, mas também na tomada de decisões, nas posturas morais a serem desenvolvidas, nas escolhas a serem feitas. Muitos estudantes espelham-se em seu professor, fazendo dele seu modelo de vida.

A escola tem papel cultural, político, econômico. Tem funções manifestas, como o currículo, e outras latentes, ocultas, como a socialização, a reprodução ideológica, o estabelecimento de formas de conduta, pois a escola é uma preparação para a vida. Neste artigo vamos conhecer, em linhas gerais, o pensamento de Mariano Fernández Enguita, autor espanhol contemporâneo, a respeito da Educação.

1. A concepção de educação de Enguita.

Uma das características mais marcantes da escola é a disciplina, a manutenção da ordem. Ela é indispensável para que a instituição, cada grupo

de alunos e seus respectivos professores possam desenvolver seu trabalho e alcançar seus objetivos.

Está um tanto longe a época em que havia praticamente regime militar dentro da escola. Ao soar o sino, todos os alunos deveriam colocar-se em filas, segundo seu grupo, em total silêncio, de braços cruzados, até receberem a ordem para dirigir-se às respectivas salas, onde deveriam continuar em silêncio. Hoje em dia, existe grande flexibilização, maior liberdade, apesar de haver sempre necessidade de disciplina para que tudo funcione a contento, para que o professor possa desenvolver seu curso. É claro que, se não houver ordem, respeito, disciplina, não será possível realizar as atividades programadas.

É muito mais difícil conseguir a atenção dos estudantes na sala de aula do que quando estão assistindo a uma palestra ou se encontram em um local de espetáculos, pois estão ali não obrigados, mas interessados, motivados pelo seu desejo de acompanhar essas atividades, o que não ocorre na escola, na maioria das vezes. Estar na escola é obrigatório, não é, muitas vezes, uma opção do estudante.

Sou testemunha desse fato em minha vida profissional: os alunos da graduação têm que estar ali para conseguir seu tão desejado e necessário diploma, muitas vezes sem outro desejo que este, o que torna difícil que demonstrem real interesse em aprender o que se lhes propõe e o façam; já os alunos da denominada “terceira idade” (pessoas que possuem cinquenta ou mais anos de idade), que freqüentam cursos de livre escolha, apresentam um aproveitamento muito superior, já que estão na sala de aula porque assim o desejam, interessados em aprender a disciplina em que se inscreveram, automotivados.

Para manter a ordem, a disciplina, faz-se presente a autoridade do diretor, dos professores e dos demais componentes do corpo da escola. Inclusive há uma discrepância entre a moderna pregação da liberdade do aprendiz e a realidade coercitiva da escola. Os próprios pais esperam que a escola ensine disciplina, submissão à autoridade, obediência a horários e cumprimento de deveres. Dessa maneira, a escola vai inculcando na mente do estudante que assim deve comportar-se não só dentro do ambiente escolar, mas também em sua vida adulta, em seu local de trabalho. O aluno não é tratado como indivíduo, como um ser único, mas como um entre centenas ou milhares de outros, como sucederá mais tarde em uma empresa, em sua vida profissional. Ele pertence ao universo do alunado, faz parte de uma

coletividade sujeita a uma gama de normas a seguir sem questionamentos, despersonalizado.

Disciplina, obediência, respeito à hierarquia são noções que vão sendo paulatinamente internalizadas pelos alunos e que, quando trabalhadores assalariados, reproduzirão em suas relações de trabalho, no mundo capitalista.

Ao aluno não lhe é perguntado o que, quando ou como deseja aprender algo, mas é-lhe imposto o objeto de sua aprendizagem pelo professor ou pelas autoridades escolares, assim como o método a ser seguido e a duração do curso. O aluno não tem poder de decisão quanto a isso e aprende a não reclamar ou questionar por que tem que estudar esta ou aquela disciplina nem quando ou como. Deve submeter-se à vontade alheia, ao poder e à autoridade.

Segundo Enguita (1989: 174), o assalariado põe à disposição do capitalista, para quem trabalha, sua força e seu tempo de trabalho, seu trabalho abstrato, sua capacidade de trabalhar durante um tempo determinado. Terminado este, o patrão passa a ser o dono do produto e terá o poder de fazer com ele o que lhe for mais conveniente. Cessa, então, o papel do trabalhador, que não terá nenhum poder de decisão sobre o resultado de seu trabalho, sobre aquilo que produziu.

Da mesma maneira o estudante, ao adentrar a escola, coloca à disposição desta ou de seus professores sua capacidade de trabalho, seu tempo (são vários anos) que será preenchido com as atividades determinadas pela instituição ou pelo próprio professor. A incessante atividade nesse período é vista como um modo de conseguir a disciplina: mantendo-o sempre ocupado.

Seguimos com Enguita (1989: 175): “De qualquer forma, o que o aluno encontra é que seu tempo é fragmentado, normalizado e recomposto na forma de um quebra-cabeças de atividades que ele não planejou nem é capaz de compreender”.

A noção de tempo e de seu emprego e das relações com ele forma parte importante da modernização cultural e social, permitindo o desenvolvimento econômico. Para todas as atividades, no trabalho e na escola, há a distribuição precisa dentro do tempo disponível.

A escola é um lugar onde as coisas, em geral, acontecem porque chegou o momento determinado para fazê-lo e não porque os professores assim o resolveram.

Mede-se o valor do conhecimento e, conseqüentemente, das pessoas, pelo tempo que têm de escolaridade. Valorizam-se as disciplinas pelo tempo que

ocupam na grade curricular, sendo equivalentes pelo período em que foram estudadas, não importando seu conteúdo ou sua importância na vida adulta.

Enguita (1989: 180) afirma que

(...) a organização habitual do trabalho escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.

O trabalho abstrato é a medição da relação entre o tempo e o trabalho, atribuindo valor a este, segundo a duração daquele. Muitas vezes os educadores fazem um discurso e aplicam outro, levando o aluno a aprender a deixar de lado seus desejos, anseios, motivações, para substituí-los por aqueles que a escola julga importantes. O professor é como se fosse o primeiro “patrão” do estudante. Durante o período em que freqüentam a escola, a criança e o jovem aprendem que devem fazer aquilo que lhes dizem para fazer, da mesma maneira como ocorrerá quando adultos, no trabalho assalariado; deve ocupar os lugares que lhes estão destinados coletivamente e durante o tempo determinado, sem questionamentos.

O traço de personalidade mais desejável é o da submissão à autoridade, que se segue à interiorização das normas vigentes e não questionáveis, na escola ou na empresa. Assim, características como a independência, a capacidade de escolha, a criatividade passam a ser vistos como secundários ou mesmo indesejáveis, pois perturbariam a ordem, criariam problemas.

Nas escolas e nas empresas, o coletivo, o padronizado são a tônica. Já não é possível adquirir o conhecimento ou produzir em escalas elevadíssimas, com atividades isoladas, pois o desenvolvimento acelerado do saber e dos meios de produção tornarem isso inviável em escala individual.

A escola atual, apesar de formar coletividades, provoca disputa entre os alunos, premiando, por exemplo, boas notas, comportamento de acordo com o esperado, e penalizando aqueles que não se adequam à situação. A esperança de prêmios e o medo de castigos são molas propulsoras de suas ações ou atitudes. Provoca também constante comparação entre os alunos, como indivíduos, o que gera hostilidade entre eles e frustrações pessoais. Os que pertencem a classes sociais privilegiadas terão melhores resultados na escola e, futuramente, no mercado de trabalho, acreditando que o mérito é só seu, quando, na verdade, resulta das inter-relações sociais, reproduz as desigualdades sociais.

As teorias modernas, como as de Piaget, Vigotsky, Carretero, trouxeram novas idéias sobre como se adquire conhecimento, afirmando que o aprendiz é o sujeito de sua aprendizagem, que ele aprende quando há a reestruturação de suas experiências, a solução de problemas. O ensino deve ser um processo ativo, dirigido primeiro à compreensão e não à memória mecânica. O professor deve ser apenas o mediador nesse processo, observando as diferenças individuais e adequando as atividades às possibilidades dos alunos.

Na prática, houve um avanço nessa direção, mas os princípios básicos de autoridade, disciplina, obediência às normas permanecem nas instituições escolares. Em escolas particulares, que recebem alunos cujos pais têm bom nível financeiro, há possibilidade de a escola oferecer mais recursos que permitirão atender os educandos de maneira mais individualizada. Nas públicas o atendimento será mais universalizado, pela impossibilidade de colocar menos alunos em cada sala de aula e de proporcionar-lhes meios materiais que lhes permitam ter ensino mais personalizado.

2. As diferenças sociais

A escola produz e reproduz a estratificação social. Há escolas para ricos e para pobres, particulares e públicas, técnicas, profissionalizantes ou mais acadêmicas. Quando um aluno passa a freqüentar uma escola profissionalizante e outro, uma acadêmica, delineia-se já o futuro de ambos dentro da sociedade regida pelo capital, pelo mercado. Assim, a escola é, ao mesmo tempo, espaço de integração e de seleção social.

A diferenciação nos meios materiais utilizáveis para que se realize o processo de aprendizagem, bem como o direcionamento para o ensino superior ou para o profissionalizante, vão estabelecer uma sociabilização diferenciada, de acordo com as diferentes origens dos alunos e com o destino social diverso que terão. Uns estarão destinados a pensar, a discutir problemas, a tomar decisões; outros, a fazer o que lhes ordenam.

A propalada igualdade formal na escola e nas oportunidades do mercado de trabalho é apenas um disfarce das diferenças e das desigualdades que em ambas se constata, pois na realidade não existe. O acesso às melhores escolas que, no Brasil, em geral, são as privadas, reforça a diferenciação social e econômica. Mesmo nas públicas pode-se perceber essa diferença pelo material escolar e bens de consumo utilizados pelos alunos.

De acordo com dados do MEC, publicados em 21/11/2003, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) indica de maneira clara as diferenças abismais existentes entre as várias regiões do país, bem como entre estudantes de nível socioeconômico e cultural diverso. Vejamos alguns dados: no Nordeste, 53% dos participantes têm renda familiar de até dois salários mínimos; no Norte, 50%; no Sul, 26% e no Sudeste, 24%.

Os estudantes de escola pública com renda familiar de até um salário mínimo conseguiram alcançar a nota média 37,52 na prova objetiva, enquanto os de escolas da rede privada, com ganhos acima de trinta salários mínimos, atingiram 70,41.

Quanto à escolaridade dos pais, 12% nunca freqüentaram a escola, no Norte e Nordeste, enquanto no Sul e no Sudeste esse índice não passa de 4%. Mesmo entre os estudantes, que afirmaram ter a mesma renda familiar e freqüentar escolas da rede pública, a escolaridade das mães causou sensível diferença nos resultados: 38,58 de nota média para aqueles cujas mães nunca estudaram e 54,79 para os que têm mães com escolaridade em nível superior.

Os estudantes das escolas privadas, que terminam o Ensino Médio, pensam no vestibular para as faculdades, enquanto os da rede pública pensam em encontrar emprego.

Do mesmo modo, no mercado de trabalho, geralmente ocuparão os postos mais elevados os que provêm das classes privilegiadas. Os que se originam das classes menos abastadas, e por isso considerados inferiores, não tendo as mesmas oportunidades e prestígio que os outros, se conformarão com seu destino sem grandes perspectivas, aceitando-o como sua sina, algo contra o que não há nada a fazer.

A mobilidade social e a possibilidade de galgar novos degraus na escala da sociedade levam a maioria a buscar a escola como o meio mais adequado para consegui-lo. A maior parte dos alunos está na sala de aula, não em busca do saber, mas levados pela esperança de, através de um diploma, de um título acadêmico, chegar a um nível social superior àquele em que se encontra, o que significaria também melhores salários ou mesmo a possibilidade de um emprego.

Segundo reportagem exibida no "Jornal da Globo", de 30/01/2004, há, no Brasil, quinze mil faculdades que formam, por ano, cerca de quinhentos mil alunos, dos quais, porém, apenas 40% conseguem emprego.

Os estudantes, em geral, não estão motivados pelo que lhes proporciona a escola nas diversas áreas do conhecimento, não estudam com prazer,

satisfação, mas obrigados pelas contingências a que estão ligados. Pesquisa da UNESCO, realizada em treze capitais brasileiras, indica que os três principais problemas do ensino, segundo professores e alunos, são: alunos desinteressados, alunos indisciplinados e falta de espaços adequados.

Também no trabalho sucede, muitas vezes, o mesmo: quem possui um emprego cumpre o melhor que pode seus deveres, sem pôr nele nenhuma satisfação pessoal, já que o produto de seu trabalho não lhe pertence nem são suas as decisões sobre o que, como ou quando fazer algo; apenas obedece às normas preestabelecidas e conhecidas, em troca de seu salário. A satisfação encontrará, quando puder adquirir bens materiais (se o que lhe pagam lhe permite fazê-lo), utilizando seu salário, ou elevar seu nível de vida, progredindo na escala de atribuições que lhe competem.

3. A competitividade

A competição é um dado importante entre as próprias empresas e dentro delas, pois, cada vez mais, diminuem as ofertas de emprego, o que faz que os trabalhadores aceitem condições desfavoráveis de trabalho, salários mais baixos do que seria desejável, já que há milhares de desempregados, dispostos a aceitá-los imediatamente. O poder de exigir benefícios justos para si diluiu-se diante dessa realidade e diminuiu a solidariedade, a união dos trabalhadores nas lutas por seus direitos.

Também na escola faz-se presente a competição entre os alunos. Embora se parta de uma igualdade formal, ao se iniciar o curso, a atribuição das notas ou menções faz surgir entre os estudantes, muitas vezes, acirrada disputa pelas melhores colocações. O estímulo à competição entre os estudantes provoca isolamento e até mesmo hostilidade entre eles.

É relativo, no entanto, o valor das notas ou menções, pois a média alcançada pela maioria pode revelar baixos ou altos níveis na avaliação, igualando-os por baixo ou por cima. Para conseguir manter a disciplina na sala de aula, procura-se separar aqueles que formam grupos, pois é mais fácil fazê-lo tendo-os isolados do que se formassem um grupo coeso que se sentiria suficientemente forte para questionar atitudes ou negar-se a realizar tarefas estabelecidas. Mantendo-os isolados, competitivos entre si, não unidos pela solidariedade que os levaria a formar uma coletividade verdadeira, a escola prepara-os para agirem da mesma maneira no trabalho, na empresa: passivos, obedientes, individualistas, alienados.

O sistema escolar apresenta-se dividido em ensino profissional, de nível técnico, como os de secretariado, informática, contabilidade, assistente de enfermagem, mecânica; e o ensino acadêmico, de nível superior, que forma, por exemplo, advogados, médicos, pedagogos, psicólogos, administradores de empresas, conduzindo os jovens a ocupar posições bem diversas e caracterizadas dentro do mercado de trabalho: o manual e o intelectual, o prático e o teórico. A sociedade em que vivemos valoriza muito mais o trabalho intelectual, que confere "status" a quem o realiza, enquanto desmerece aqueles que se dedicam a trabalhos manuais, ou seja, muitos preferem trabalhar em um escritório, com baixo salário, a exercer uma profissão manual mais rentável, só porque na escala social esta última é considerada inferior. Aquele que se dedica a uma atividade intelectual julga-se superior, melhor que o trabalhador manual.

No entanto, atualmente, o campo do saber vem ampliando-se vertiginosamente, impedindo que muitos saibam muito e incentivando que todos saibam mais sobre menos. Basta verificar o número cada vez maior de cursos de especialização, de pós-graduação oferecidos pelas faculdades e/ou universidades, bem como pelas escolas técnicas, de nível secundário. Em qualquer área profissional, pode-se verificar a verdade desta asserção: é preciso especializar-se. Tanto o médico, como o advogado, o dentista, o engenheiro, o pintor de paredes, o pedreiro ou o torneiro mecânico, todos devem especializar-se em um aspecto de sua profissão, para poderem dominar essa área do conhecimento e terem êxito como profissionais.

4. A avaliação

"A instituição escolar é o cenário onde aprendemos a substituir nossa auto-estima pela avaliação que os demais fazem de nós, a conformar a primeira à segunda ou, o que dá na mesma, a deixar que os outros decidam nosso valor" (ENGUIA, 1989: 204).

Esse fato é de suma importância para a formação do ser social, pois o que deveria importar seria o que realmente somos e não o que parecemos ser ou o que os outros pensam que somos. O professor, em primeiro lugar, e os componentes do mesmo grupo são os avaliadores do aluno, permanentemente. Avaliam-se os aspectos cognitivos e comportamentais do educando, através das notas ou menções que lhe atribui o professor. Mas não só esta

avaliação se desenvolve: também seus companheiros o valorizam ou não, atribuindo-lhe uma posição de relevo entre os colegas ou menosprezando-o.

A avaliação realizada através de exames foi criticada por educadores e alunos, por ser feita em determinadas circunstâncias, em um dado momento, o que poderia levar o aluno a fracassar ou a ter êxito. Problemas como o nervosismo, enfermidade, acontecimentos desagradáveis na família, poderiam levá-lo a maus resultados, que não expressariam a verdade a respeito de seu conhecimento.

Também o fato de sortear-se o assunto de que se trataria no exame de final de ano, nos cursos secundários ou mesmo superiores, mostrava, em geral, um falso resultado, pois sucedia ser sorteado o único conteúdo assimilado pelo aluno e este receber a nota máxima, embora soubesse só aquela pequena parte do que foi tratado no curso; ou o inverso: fora sorteado o único assunto desconhecido pelo aluno e ele era reprovado, apesar de conhecer todos ou outros.

Nas últimas décadas optou-se por uma avaliação contínua, ao longo de todo o período escolar, levando-se em consideração não só as provas, mas o interesse demonstrado pelo aluno, sua participação nas atividades programadas, comportamento, assiduidade, pontualidade, enfim, muitos quesitos que supõem acompanhamento diário e conhecimento de cada aluno, para poder julgar com o máximo de justiça. Levada a sério, é um instrumento de controle permanente, incessante. Pergunta-se: é possível fazer esse tipo de avaliação em classes muito numerosas, em cursos seriados, com muitas disciplinas e professores que trabalham com muitas turmas, sem cair em uma avaliação injusta ou questionável? Acredito que, se não impossível, pelo menos é muito difícil. Em classes com 45, 60, 80 alunos, como será viável o conhecimento sobre cada educando, sua história, necessidades, perspectivas?

A aprovação, atualmente, passa a ser resultado do tempo de escolarização, não do que efetivamente o aluno aprendeu ou deixou de aprender. Discute-se muito, nos últimos anos, no Brasil, a progressão continuada, instituída pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, em 30/07/1997, implantado nas escolas paulistas a partir de 1998, pela Secretaria da Educação, dividindo o Ensino Fundamental em dois Ciclos, a saber: de primeira a quarta série e de quinta a oitava, sem reprovação. Seus objetivos são evitar a reprovação e a evasão dos alunos, recomendando a avaliação contínua dos alunos pelos professores, a fim de verificar as diferenças na

aquisição de habilidades e conhecimentos, permitindo a realização de reforço ou recuperação para os que necessitem. A avaliação, nesse caso, deve servir apenas como indicador das dificuldades dos alunos e orientação do trabalho do professor, na condução do processo de ensino/aprendizagem.

Embora seus objetivos sejam os acima indicados, não houve preparo dos docentes para a execução das novas tarefas a eles atribuídas, e o que se verificou, na prática, foi que a maioria dos professores, assim como os alunos, interpretou a progressão continuada como aprovação automática, sem verificação real do aprendizado ou a recuperação dos mais lentos na aprendizagem, levando alguns estudantes a alcançar a 4ª série sabendo escrever apenas seu nome... Não houve o entendimento do que se propôs com o estabelecimento da progressão continuada, levando-a a muitas críticas e mesmo ao fracasso, de acordo com pesquisa realizada por alunas de Pedagogia da UMESP, em 2002.

Como resultado, a maioria dos estudantes “passam” pela escola e não se esforçam para aprender, pois sabem, de antemão, que no início do novo ano estarão cursando a série seguinte, de qualquer maneira. Por que, então, dedicar-se bastante aos estudos? Tanto os profissionais, como seus discípulos sentem-se desmotivados, sem objetivos, sem obstáculos a serem transpostos. Isto diminui neles a auto-estima e o respeito dos estudantes por seus mestres e entre os próprios colegas. Dizer que é melhor que a criança ou o jovem estejam na escola em lugar de estarem na rua, não me parece um argumento convincente. Que devem estar na escola é inquestionável, mas adquirir conhecimento é condição *sine qua non* para quem frequenta uma instituição escolar. Também é inquestionável que a escola tem função social, que alunos, professores e autoridades estão diretamente envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que há de se levar em conta ainda a comunidade em que se insere a instituição escolar e a preparação do educando para o futuro.

A escola não é um lugar onde apenas se adquire conhecimento, mas onde os indivíduos fazem parte de uma coletividade que está sendo formada para a vida, recebendo influências que marcarão a todos para sempre.

A escolarização universal assumida pelo Estado, a massificação do ensino obrigatório até a adolescência têm procurado mitigar as contradições e conflitos da sociedade, mas a escola não é homogênea. Cada uma tem suas características: a rural, a da capital, a do interior, a desta região ou a de outra não funcionarão da mesma maneira. Cada uma terá que adaptar-se

ao meio em que está inserida, às pessoas que a freqüentarão, pois os seres humanos possuem desejos, aversões, expectativas e experiências diferentes, o que faz que os resultados da escolarização não sejam os mesmos para todos. Como igualar uma escola de periferia, onde falta tudo, com uma escola privada de altíssimo nível? Tanto as expectativas como os resultados serão bastante diferentes. Com certeza alguns degraus da escala social serão galgados, mas, como foi dito acima, a maioria dos alunos já estará destinada, desde o início, a ocupar determinada posição dentro da sociedade. A maior parte constituirá a classe dos trabalhadores assalariados, para os quais a formação escolar adquirida, que lhes exige pontualidade, atenção, disciplina, obediência, é a desejável. Se pensamos em trabalho autônomo ou agrário, a situação será outra, considerando-se que o trabalhador, nesses campos, deverá ter capacidade de tomar decisões, resolver problemas, ter criatividade.

Principalmente a partir dos anos cinqüenta, a escolarização universal nos países industrializados, para além do ensino básico, democratizou a educação, trazendo consigo várias modificações, como o reconhecimento dos direitos dos alunos, a adaptação dos conteúdos e métodos de ensino aos interesses e necessidades deles, trazidos pelos avanços da pedagogia e psicologia, fazendo da escola um lugar para todos, deixando de ser uma instituição voltada para as elites.

Conclusão

Atualmente a Educação tem 30% do orçamento do Estado, assim como o maior contingente de profissionais atuando nos seus diversos níveis. Apesar disto, a enorme demanda e a possibilidade de ganhos financeiros nesta área provocou a privatização no setor educacional, o que veio a suceder também nas áreas da saúde, previdência, habitação, que passaram a ser tratadas como um bem de mercado, em que o capital busca sempre o retorno. Surgiram grandes empresas gerindo o sistema escolar, como a Universidade "Estácio de Sá", do Rio de Janeiro ou a Universidade Paulista (Unip), em São Paulo, que contam cerca de sessenta e cinqüenta mil alunos, respectivamente.

A entrada do capital no ensino, além do oferecimento de cursos criados em função do mercado, introduziu materiais padronizados, nos quais já se

especificam os objetivos a alcançar, o conteúdo a ser estudado, diversas atividades programadas, além de testes e suas respostas. Assim, os professores passam a ser meros executores, pois já está tudo previsto. Outros materiais são oferecidos também, quais sejam: cassetes, vídeos, xerox, televisão a cabo, computadores, invadindo as escolas e substituindo, muitas vezes, o professor. Como o capital passou a ser empregado no setor de serviços, estes foram substituídos por mercadorias.

Face à crescente privatização, o Estado passou a ser o legislador, o fiscalizador, dando as diretrizes para a Educação e para os outros setores, sendo um instrumento de persuasão. A escolarização, que antes era privilégio de alguns, passou a ser direito e obrigação de todos. Por outra parte, a universalização do ensino criou expectativas muito grandes de evolução na escala social, mostrou perspectivas de se poder chegar a posições mais elevadas no mercado de trabalho, que, entretanto, não tem possibilidade de absorver essa mão-de-obra, de acordo com sua qualificação. Muitos jovens com estudos superiores vêm-se hoje na contingência de ocupar empregos para os quais não seria necessária a formação que possuem, os conhecimentos adquiridos. Não só entre os graduados ocorre este fato, mas em outros níveis, também.

Assim, a escola acaba por gerar expectativas que o mercado não pode satisfazer, trazendo conseqüências muito sérias para os recém-formados. A recessão econômica e o conseqüente aumento do desemprego fizeram desmoronar os anseios e esperanças de muitos. Não encontrando empregos de acordo com seu nível de escolarização, os jovens aceitam trabalhos que estão muito aquém de seus conhecimentos e habilidades. Em lojas somos atendidos por vendedoras licenciadas em História, Letras ou outros cursos superiores. Por outro lado, os que possuem emprego agarram-se a ele, submetendo-se a receber salários menores, a trabalhar fora de seu horário sem receber remuneração extraordinária, enfim, a não discutir seus direitos, a não fazer reivindicações. Os jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão trazem-nos estas notícias de vários países como França, Espanha, Alemanha, além do Brasil.

O avanço tecnológico, se simplificou a realização dos trabalhos, levou os trabalhadores ao desemprego que grassa pelo mundo globalizado, pois as máquinas passaram a realizar suas tarefas. Se antes quem era graduado estava com um bom futuro garantido, na atualidade isto, infelizmente, já não ocorre. "Se ... a educação tem, antes de tudo, uma função coletiva, se

tem por meta adaptar a criança ao ambiente social em que está destinada a viver, é impossível que a sociedade se desinteresse de semelhante conjuntura". (DURKHEIM, 1975: 62-63)

Esta afirmação de Durkheim, adaptável a todos os níveis escolares, leva-nos a pensar a Educação como problema e responsabilidade de toda a sociedade, de todos nós, pois, como afirmamos no início deste estudo, educar é socializar, humanizar.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, Émile. La educación, su naturaleza y su papel. In: *Educación y sociología*. Trad. Janine Muls de Liarás. Barcelona: Península, 1975.
- ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- _____. *Trabalho, escola e ideologia*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Endereço da autora:

Rua Recife, 109

18040-090 – Sorocaba, SP

E-mail: maria.schmidt@uniso.br
